



Fronteiras: Revista Catarinense de História

ISSN: 1415-8701

ISSN: 2238-9717

samira.moreto@uffs.edu.br

Universidade Federal da Fronteira Sul

Brasil

Fernandes, Robson Ferreira
Gênero, Sexualidade e Ensino de História sob ataques: a
falácia da “ideologia de gênero” em espaços democráticos
Fronteiras: Revista Catarinense de História, no. 40, 2022, July-December, pp. 337-352
Universidade Federal da Fronteira Sul
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2022n40.12763>

Available in: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672072122016>

- How to cite
- Complete issue
- More information about this article
- Journal's webpage in redalyc.org

redalyc.org

Scientific Information System Redalyc

Network of Scientific Journals from Latin America and the Caribbean, Spain and Portugal

Project academic non-profit, developed under the open access initiative

Fronteiras

Revista Catarinense de História

Gênero, Sexualidade e Ensino de História sob ataques: a falácia da “ideologia de gênero” em espaços democráticos

Robson Ferreira Fernandes¹

O professor **Fernando Seffner**, conforme informações do Currículo Lattes é Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Departamento de Ensino e Currículo. Graduação em Geologia e Licenciatura Plena em História, Mestrado em Sociologia e Doutorado em Educação (UFRGS). Docente e orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) na linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Docente e orientador no Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, na linha de pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar. Atua em pesquisas e orientações investigando processos de produção, manutenção e modificação das relações de gênero com ênfase nas masculinidades, situações de vulnerabilidade à AIDS; conexões entre direitos humanos e políticas públicas de gênero e sexualidade, teorizações queer, interseccionalidade e marcadores sociais da diferença, cultura escolar e ensino de História. No nível de graduação dedica-se a disciplinas que envolvem o ensino de História e pesquisa as conexões entre experiência e aprendizagem da História a partir da etnografia de cenas e registros da cultura escolar. É líder do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e por conta de redes de investigação construídas; é integrante da equipe de outros grupos de pesquisa, destacando-se aqui o LISTHE (Laboratório de Ensino de História e Educação UFRGS), o NEPAIDS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em AIDS USP), e o NEED (Núcleo de Estudos em Educação Democrática da UFF Universidade Federal Fluminense), onde é o coordenador da linha de pesquisa Educação Democrática e Gênero, todos os registros no DGP CNPQ. Foi coordenador do GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPED

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, SC – Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1557665217624045>. E-mail: rofefe23@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-4160-4615>

Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (2017-2021). Integrante da COMPOS PROF HISTÓRIA UFRGS (2016-2022). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2 – CA ED – Educação.

A entrevista aqui transcrita foi realizada no dia 15 de outubro de 2021, dia nacional do/a professor/a - sexta-feira noturna de primavera e disponível no canal do *Youtube*² do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH - UDESC), foi concedida a Robson, professor de História na Educação Básica da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina, e atualmente doutorando em História no PPGH - UDESC.

Seffner é uma pessoa que tenho afeto e respeito, e que desde o meu percurso no Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mantemos laços de amizade e diálogos. Além de ser um intelectual do nosso tempo, suas reflexões são importantes para o objeto de pesquisa que pretendo investigar no doutorado.

O doutorado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UDESC tem como área de concentração a “História do Tempo Presente”. O tempo presente abre-se para a historiografia como um campo de estudos profícuo, que sugere continuamente novas problematizações e induz a operações de pesquisa e análise para interrogar e compreender processos e eventos do século XX e do início deste século XXI. O PPGH possui três linhas de pesquisa: 1) Políticas de Memória e Narrativas Históricas, 2) Linguagens de Identificações, e 3) Culturas Políticas e Sociabilidades; nesta última que estou inserido.

Na disciplina “História do Tempo Presente: teoria e historiografia”, obrigatória no primeiro semestre do curso, o professor Rogério Rosa Rodrigues, docente e coordenador do PPGH da UDESC, convidou os/as discentes a realizar uma proposta de atividade de entrevistar um pesquisador ou pesquisadora que seja referência para a pesquisa de cada um/a e que pudesse dialogar com propostas e categorias pertinentes ao tempo presente.

Os temas que serão discutidos no roteiro de questões dessa entrevista atravessam a minha proposta de pesquisa que pretende ter como problema a “ideologia de gênero”, que se pauta nas narrativas e discursos religiosos, conservadores e reacionários, travando embates com os estudos de gênero, o ensino e a História. Nas últimas décadas temos acompanhado um avanço no campo acadêmico dos estudos das “questões de gênero”, assim como uma mobilização crescente de diferentes movimentos sociais em torno do tema. Infelizmente, evidenciamos discursos desqualificadores que desvirtuam a categoria de análise, nomeando-a

² Para acessar: [Gênero, Sexualidade e Ensino de História sob ataques... - YouTube](#)

de “ideologia de gênero”. Especialmente nos últimos anos, vemos um aumento de posicionamentos contra a chamada “ideologia de gênero”, desprovidos de análise, mas contaminados de preconceitos, que simplesmente atribuem aos estudos de gênero um “tom doutrinário”, como se estes estudos fossem destrutivos à sociedade.

A lista conservadora dos projetos de lei vinculados ao “Escola sem Partido” (EsP) almeja inviabilizar e mesmo criminalizar todas as propostas pedagógicas conduzidas por professoras e professores que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual, o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia. Seus/uas apoiadores/as vêm afirmando que esse tipo de material e discussão “doutrinam” estudantes, forçando-os a aceitar a “ideologia de gênero”.

Pesquisar como a “ideologia de gênero” penetra na educação básica, e afeta os conceitos científicos dos estudos de gênero no ensino de História, e como estas artimanhas narrativas ganham poder na esfera social, entre ataques, ameaças, perseguições, intimidações e destruição de saberes e vidas, permite acessar não somente os interesses de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos, mas a partir de uma metodologia da história oral, mas compreender professores e professoras da educação básica que já se depararam com a presença do discurso da “ideologia de gênero” em suas práticas, e tiveram que se submeter ao silenciamento e medo.

Robson Ferreira Fernandes: Quem é Fernando Seffner? Comente sobre a sua trajetória profissional e como as escolhas de pesquisa se articularam com seus anseios pessoais, posicionamentos políticos e compromisso ético social.

Fernando Seffner: Me chamo Fernando Seffner, homem de 65 anos, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), completo em 2022 os 30 anos de docência nesta instituição entre substituto e efetivo. Sou um professor localizado na Faculdade de Educação da UFRGS. Formado em História, mestrado em Sociologia e doutorado em Educação, e neste momento, credenciado em dois programas de pós-graduação. Para chegar neste presente, trilhei alguns caminhos. O presente tem uma marca interessante nos últimos anos. Eu fui, por uns 20 anos na graduação, professor da disciplina de Ensino de História, e na pós-graduação, dava aulas e dou até hoje, acerca de questões de gênero e sexualidade. Esses dois temas seguiam percursos distintos, não havia conexão. Eu não tive ao longo dos anos, estudantes que estavam fazendo Pós-Graduação do Ensino de História, e outros nas minhas atividades de graduação e estágio, que faziam pesquisas de gênero e sexualidade. Nos últimos

10 anos iniciou um fenômeno de aproximação entre essas temáticas. A partir da supervisão nos estágios, existiram muitas pesquisas nesse campo. Aulas, por exemplo, da Idade Média que discutiam o período como a “Idade dos Homens”, da situação da mulher, das questões ligadas a moralidade, sexualidade e gênero. Num outro braço da minha vida profissional, que é o Programa de Pós-Graduação em Educação, há uns anos, não tive um/a estudante originário da História que tivesse se interessado/a pelos temas de gênero, não só na Educação, mas fora dela. Nos últimos 10 anos houve uma explosão, não só de discentes provindos da graduação de História e que vieram depois a se interessar por temas de gênero e sexualidade, como também comecei a ser convidado para participar de bancas no Programa de Pós-Graduação em História, em que os temas eram relativos a gênero, sexualidade, masculinidades.

Portanto, neste momento, credenciado nos dois programas, e que para muitas pessoas parece uma coisa muito distante dialogar com esses temas, afirmo que não é, pois ando orientando pesquisas acerca das questões de gênero e ensino de história em ambos os campos. Essas convergências me permitiram compreender os desejos de estudantes nos estágios de ensino de história e nos trabalhos e pesquisas em Educação, a se interessar em olhar a história, as práticas educacionais de um ponto de vista que elas possam ser lidas com o marcador de gênero, a homens e mulheres envolvidos, e hoje em dia a pessoas não-binárias; e também com o marcador de orientação sexual, que diz respeito a população, que a gente conhece no Brasil, com a sigla LGBTQIA+. É importante falar sobre isso, porque esta não é uma situação que eu tenha procurado, diria ao contrário, aconteceu na minha trajetória. Ela ajuda a explicar questões ligadas ao movimento Escola Sem Partido (Esp) e “ideologia de gênero”. No início dos meus embates com esses movimentos, eu os considerava separados, distintos; mas eles se unificaram, não só nas minhas análises, mas também na sua prática.

Observar nos últimos anos os estágios de ensino de história, me permitiu identificar que não foram os/as estagiários/as que escolheram exatamente trabalhar com gênero e sexualidade na sala de aula. Na verdade, em aulas por exemplo do Egito Antigo, Revolução Francesa, Brasil Colônia ou sociedades indígenas, surgiram demandas por parte dos/as discentes, seja de ensino fundamental ou médio, para discutir esses assuntos. Então ao contrário do que dizem os movimentos já citados, de que são os professores e professoras que levam essas temáticas para dentro das salas de aula, e se levarem também não é errado, pois são temas de estudo, eu tenho observado que são os/as discentes que reivindicam informações no ambiente escolar acerca de gênero e sexualidade. Não deveria causar espanto, porque novelas, filmes, séries da Netflix,

propagandas de todo tipo de cerveja, perfume, chocolate, trabalham com marcadores de gênero e sexualidade.

Eu tenho uma formação anterior daquelas citadas, que é na área das “ciências duras”. Sou geólogo formado pela UFRGS. Trabalhei na área durante alguns anos, e depois mediante um conjunto de questões pessoais, enveredei para o magistério, para o ativismo político. Importante dizer sobre essa formação, porque me condiciona olhar para as ciências humanas com atenção e particularidade.

Dentro do campo dos estudos de gênero e sexualidade, fui me debruçando inicialmente aos estudos das masculinidades. Há uma grande quantidade de trabalhos sobre as questões das mulheres e do feminino, por conta do movimento feminista, e uma lacuna de trabalhos para a compreensão do que são as vivências masculinas. No momento atual, estou mais nas relações de gênero e no ensino de história. Fui progressivamente me apaixonando, porque não existe outra palavra para definir, por uma área que eu considero que desbravei bastante, chamando-a de “etnografia de cenas escolares”. A pandemia da covid-19, lastimavelmente me privou de uma das coisas que eu mais gosto de fazer que é ingressar numa escola, logo cedo de manhã, ou depois do almoço, ou no turno da noite, não exatamente para observar aquela aula de ensino de história, mas para perceber a entrada dos alunos e alunas, conversar com as funcionárias, falar com as professoras; eu gostaria muito de ser invisível para ficar nos corredores, observar os recreios escolares. De forma geral, a partir dessas experiências observar o que é viver a cultura escolar, que no Brasil, a escola é obrigatória pela legislação vigente.

A escola, hoje em dia, é um equipamento cultural e educativo que tomou uma relevância primordial na sociedade, comparada ao tempo que eu estudei, e que ajuda a pensar os ataques que essa instituição vem recebendo, pois a mesma se converteu após a Constituição de 1988, num aparelho social que faz a diferença nas culturas juvenis. Na minha vida escolar nas escolas públicas da cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul - RS) entre o primário, o ginásio e o científico, não havia nenhuma surpresa no bairro pobre onde eu morava, que muitas pessoas desistissem de estudar no meio do caminho, não resolvesse ir mais à escola. Hoje o cenário é um pouco diferente.

Robson Ferreira Fernandes: Quais são as necessidades, desafios e limites nas articulações entre categorias como democracia, poder, subjetividades, identidades e os diversos marcadores de diferenças sociais (ex: classe, etnia, gênero, geração etc.) no Ensino de História?

Fernando Seffner: Na minha carreira docente no ensino superior, inicialmente essas categorias não andavam conectadas como são hoje em dia. Há muito tempo estou lendo sobre a categoria de democracia, e as falas e os escritos da Marilena Chauí, autora que tem muitas publicações sobre este tema, está sendo uma autora de referência. Os estudos sobre gênero, sexualidade, masculinidades, ensino de história, aprendizagens em história também são movimentados. Para mim, essas categorias não tinham uma conexão, e vou refletir a partir de dois conceitos e autores que me permitiram enxergar com outros olhos essas questões. Um deles, foi o meu progressivo envolvimento com as leituras de Boaventura de Sousa Santos. Do autor, fui percebendo que o conceito de densidade democrática, que efetivamente, pensar na democracia vai além de eleições livres, de uma imprensa livre. Exemplo - se eu quero saber se um país é uma democracia, como o Brasil, envolve pensar em pontos que nos afetam: neste país há um sistema de saúde que provê o cuidado da população de modo igualitário? Neste país há escolas públicas que não discriminam e não excluem pessoas negras e pardas, travestis e transexuais? Existe a possibilidade do chamado “direito de comunicação”, onde todos e todas têm liberdade para expressar suas ideias? Tantas perguntas para entender que as questões de gênero e sexualidade tinham a ver com a democracia. Sou de um tempo em que o predomínio de um conjunto de pressupostos marxistas na história, que aos quais eu compartilhei muito, faziam com que as questões de gênero e sexualidade fossem vistas como menores. Ainda há uma parte da esquerda que observa assim. Recordo-me de falas, palestras, aulas que eu explicava sobre aids, cuidado em saúde, questões de gênero e sexualidade, mas reconhecia que as contradições do capitalismo eram entre capital e trabalho, e não tinham a ver com gênero e sexualidade. Já não reproduzo mais esse debate. Gênero e sexualidade são, e Michel Foucault me ajudou muito a compreender, questões intrínsecas nas relações de poder; não são questões de costumes apenas.

Uma segunda discussão surge no campo do gênero e da sexualidade, que bebe muito no feminismo e de suas produções, de pessoas que vi, li ou conheci, através dos encontros do Fazendo Gênero³. Percebi a importância de conceitos emergentes num diálogo com Éric Fassin⁴, que deu forma aos conceitos de “democracia sexual”, “democracia de gênero”, e que a partir das minhas investigações pude identificar uma questão da ordem da democracia que habita as relações de gênero e da sexualidade. Na área do Direito, Roger Raupp Rios⁵, pessoa

³ Fazendo Gênero é um Seminário de âmbito internacional, realizado desde 1994 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Um evento multidisciplinar, reflete sobre as muitas demandas acerca do gênero. Para mais informações, acessar: [Seminário Internacional Fazendo Gênero - História do FG \(dype.com.br\)](http://Seminário Internacional Fazendo Gênero - História do FG (dype.com.br)).

⁴ Sociólogo francês que trabalha como professor na Universidade de Paris 8.

⁵ Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal de 4ª Região (TRF4). Para ler mais, acessar: [Des. Federal Roger Raupp Rios \(trf4.jus.br\)](http://Des. Federal Roger Raupp Rios (trf4.jus.br)).

amiga e que tenho contato, me faz pensar sobre a discussão do direito da sexualidade e do gênero, aos direitos de expressão da sexualidade, e nos informa a ideia de democracia neste campo.

Para mim, hoje em dia essas categorias e conceitos andam mais articuladas, mais próximas. Quando há um ataque a uma atividade que discute gênero na escola, hoje é lido por mim como um ataque à democracia. A autora Wendy Brown⁶ mostra que o processo de desdemocratização, de perda, morte e assassinato da democracia, são processos que afetam diretamente questões como de gênero e sexualidade. E por fim, esses caminhos também explicam a minha proximidade e diálogos que tenho com o Fernando Penna⁷, ao perceber as análises que ele faz sobre o movimento EsP e de fazer eclodir a emergência de debates em torno da Educação Democrática, não como viés liberal, mas com tons decoloniais, pós-coloniais, e onde a democracia do gênero, da sexualidade, da raça são pontos importantes. Me situo no campo de não enxergar mais diferenças quando se discute gênero, ensino de temas sensíveis na história e democracia. Mas reconheço que elas, antigamente, estavam em compartimentos separados na consciência. Atualmente, o movimento “ideologia de gênero” não ataca só gênero, ataca a existência da democracia entre nós.

Robson Ferreira Fernandes: Como tem avaliado o impacto dos discursos sobre “ideologia de gênero” nas práticas escolares, em especial, nas aulas de História da Educação Básica?

Fernando Seffner: Neste percurso docente de 30 anos, o que percebo é que a partir da redemocratização e da Constituição Federal de 1988, nós começamos a ter nas escolas públicas uma forte presença de meninas, da população negra e parda, e que os marcadores sociais estavam mais presentes no interior da instituição. Quando fiz o primário, nos arredores da escola e próximo de onde eu morava, havia uma parcela populacional negra e parda muito significativa; hoje o cenário está modificado. O fato de que essas pessoas não estudavam não era visto como um problema, mas como algo natural. Era uma escola mais de brancos. Então, assisti primeiro o ingresso desses temas nas escolas, e depois comecei a perceber mais, que tanto na aula de literatura como na de história, biologia, educação física, questões de gênero e sexualidade se apresentavam constantemente. Elas são usufruto de uma maior intensidade

⁶ Professora de Ciência Política estadunidense, que leciona na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde ela também está associada do Departamento de Retórica.

⁷ Historiador, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), e um dos criadores do coletivo “Professores Contra o Escola Sem Partido”.

democrática que tivemos no Brasil, que derivou dos governos que vieram depois da Constituição Federal de 1988, e que do meu ponto de vista, se interrompem com o golpe de 2016, que tira do poder a presidente Dilma Rousseff. Esses assuntos ficam visíveis em diversas seções do livro didático de história. Existem livros do ensino médio em que a Parada Gay já aparece num box com informações.

Para a minha surpresa, o rápido retrocesso provocado pelos movimentos EsP e “ideologia de gênero”, buscaram retirar temas como os de gênero e sexualidade dos livros didáticos. Quando o Fernando Penna já refletia sobre a emergência do movimento EsP, eu comentava com outras pessoas que era uma loucura, jamais iria vingar; assim como eu tenho uma opinião refutada a partir de novos fatos, que nós, pesquisadores e pesquisadoras, eu cito a Joana Maria Pedro⁸ e a Miriam Grossi⁹, quando escutávamos no Fazendo Gênero as primeiras menções a “ideologia de gênero”, aquelas ameaças feitas a Judith Butler¹⁰, nós nos demos ao luxo de rir daquilo como se fosse mera teoria conspiratória.

Nossas articulações, reflexões e atitudes que hoje temos sobre esses movimentos, deveriam acender o alerta dos perigos que teríamos, culminando nos impactos da sala de aula de história. Ao impactar a aula de história, o movimento “ideologia de gênero” realiza uma manobra que é criminalizar as professoras e professores que abordam temas de gênero e sexualidade nas aulas. Quando docentes optam em estudar esses assuntos, eles e elas estão corretos, pois esses conteúdos estão nos diversos acordos legislativos de educação que o Brasil possui.

Há uma necessidade de falar, se informar sobre os temas em foco oriundos das demandas das culturas juvenis, e isso não é difícil de observar. Exemplo - você entra numa escola e analisa: alunos e alunas gostam de funk, hip-hop, nas suas camisetas e adereços são identificados gostos culturais específicos, as pichações e as paredes escritas falam sobre essa diversidade; e resumes que não é a professora ou professor que leva essas pautas para a sala.

Nesta sociedade ocidental, onde as questões de gênero e sexualidade são discutidas abertamente em diversos espaços e meios de comunicação, inclusive as pessoas das religiões falam sem parar nelas. O presidente Bolsonaro é, certamente, o que mais fala de sexo, na

⁸ Historiadora. Doutora em História Social pela USP, com pós-doutorado pela Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse. Professora titular em História Social do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

⁹ Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1981. Obteve o título de mestre em Antropologia Social e Cultural pela Université Paris Descartes, Paris 5, na França, em 1983, e o de doutora também em Antropologia Social e Cultural pela mesma universidade, em 1988.

¹⁰ Filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria queer.

tentativa de dizer que não se deve falar; até postar vídeos (exemplo do episódio Golden shower¹¹) em suas redes sociais já o fez. São coisas inimagináveis em governos anteriores.

Portanto, tudo isso provoca um impacto nas aulas, um regime de tensão, porque existe um desejo de discutir e abordar essas temáticas, e na tentativa de cercear o debate, provoca curiosidade por parte dos/as discentes e o movimento “ideologia de gênero” tenta dizer que é somente na família, nas igrejas, as crianças e jovens podem falar sobre isso. É totalmente descabido ao enxergar a sociedade que está posta, as vivências nas redes sociais. Considero que é um compromisso da escola de não se ausentar dessas abordagens. As constantes pesquisas no Brasil e no mundo mostram que as famílias não criam momentos de debates sobre gênero e sexualidade. Exemplo - A criança, o/a jovem estão assistindo uma novela, identifica um casal de lésbicas, por exemplo, e dificilmente perguntam para pai ou mãe sobre outras sexualidades. Do ponto de vista das religiões o caso é mais complicado, porque não há debate. Surgem pregações para condenar esses afetos.

É dever de todas as disciplinas, história, biologia, literatura, educação física como por exemplo, realizarem debates sobre esses temas. Estamos num fogo cruzado, pois de um lado existe uma demanda por discutir, compromissos assumidos, e no outro, campanhas para não silenciar o diálogo.

Robson Ferreira Fernandes: Quais os procedimentos e cuidados na pesquisa com história oral, um/a pesquisador/a tem que ter? E, para além da história oral, que outras fontes e metodologias seriam possíveis propor em uma pesquisa que tem como tema analisar o impacto dos discursos da “ideologia de gênero” no ensino de história no presente?

Fernando Seffner: Concordo, ou é por esse lado que eu me inclino nas minhas pesquisas, que a gente precisa escutar muito as pessoas hoje em dia, com relação ao que está acontecendo. Essa é uma questão do tempo presente que está se desenrolando debaixo dos nossos olhos, entra pelos nossos ouvidos. Eu considero que um domínio das estratégias da história oral é bem-vindo para um tema com vários desdobramentos na sociedade, e que a gente ainda não conseguiu entender completamente os argumentos e posições todas. Exemplo - eu me esforço por compreender, nas várias atividades que participo, nos debates e com pessoas que se opõem aos estudos de gênero (tenho estado muito no enfrentamento), onde está o pânico, o medo do

¹¹ Para entender o episódio, acessar: [Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o que é 'golden shower' | Política | G1 \(globo.com\)](#)

outro lado, porque algumas das culturas juvenis (funk, hip-hop etc.) têm tantas marcas de gênero e sexualidade; por que elas se transformaram marcadores sociais tão importantes?

Particularmente, quando realizo as etnografias escolares, gosto de ouvir os diversos públicos da instituição. Pergunto para o porteiro da escola, numa tentativa de colher algumas impressões sobre gênero e sexualidade, como por exemplo: “ele acha que as meninas são abusadas, que no espaço escolar há muita sem-vergonhice”, ou questionar para as pessoas que limpam a escola se já encontraram na lata de lixo preservativos. Então, tem uma série de manifestações para entender. Hoje em dia quero chegar num lugar e provocar a pessoa a falar; tenho entrevistado muitos meninos, e contesto se eles se sentem ameaçados pelo movimento feminista. Entrevisto também os meus estudantes da história – “por que você se separou da sua namorada? Ah, eu me separei porque ela quer estudar para o mestrado. Então, ela não te abandonou por outro homem, te deixou por um projeto de vida”. Para completar, estou numa fase amorosa por tomar em conta o que se escreve nas paredes das escolas, observo as capas e os desenhos nos cadernos, sento-me do lado de um estudante que está ouvindo uma música e pergunto o que ouve, quantas músicas têm gravadas no seu aparelho, e tento saber, assim como várias pesquisas em outros países nos mostram, se num aparelho de celular ou outra mídia, se armazenam arquivos da indústria pornográfica. Estou convencido que quando não discutimos essas questões na escola, não é na religião ou família que irão fazê-los. Quem acaba educando é o avanço vertiginoso da indústria pornográfica. Sem limites, estou lendo cada vez mais sobre pornografia, e não se trata de que eu assista pornografia, porque estou convicto de que muitas perguntas que meninos e meninas me fazem na escola sobre questões, como por exemplo, se o pênis é grande ou não, elas vêm do fato de terem assistido ou contato anteriormente, de um início das percepções da sexualidade através dos meios virtuais. Quando fechamos o espaço para o debate na escola, abrimos espaços para outras pedagogias. E a pedagogia que vem se impondo com mais força, não é a da igreja e muito menos a da família, e sim, a da indústria pornográfica.

Concluo dizendo que não sou moralista, não sou contra que uma pessoa queira fazer um vídeo pornográfico e comercializá-lo, não sou contra que uma pessoa queira alugar ou vender o seu corpo. A questão é observar o movimento da pornografia no sentido de humilhar as mulheres, o conjunto enorme existente de violências, orgasmos na hora do sexo que não correspondem a vida sexual da maioria, os preconceitos de todos os tipos etc. A pornografia não é politicamente correta, embora exista uma pornografia feminista em pequena circulação e

uma pós-pornografia. Portanto, temos que escutar, mas precisamos ter um olhar muito atento às produções das redes sociais.

Robson Ferreira Fernandes: A atuação de grupos em prol de um movimento identificado como Escola Sem Partido teve como reação diversas reflexões, cuidados e publicações na área de história e de educação. Como o professor avalia os estudos sobre o tema? O que tem sido enfatizado? Quais abordagens ainda precisam ser feitas?

Fernando Seffner: Primeiro, percebo alguns pesquisadores e algumas pesquisadoras, professores e professoras, e me incluo nessa lista, que demoramos a identificar as questões da “ideologia de gênero” como movimentos sociais conservadores de bastante porte, a não ser o Fernando Penna que já fazia debates sobre a urgência desses assuntos sem tempos mais distantes. Uma vez que eles tenham iniciado, cobriam uma série de conexões. Por exemplo, nos mostraram que não são locais, não é um problema brasileiro. Contemporaneamente, leio com muita atenção as produções da Sonia Corrêa (ABIA, Observatório de Sexualidade e Política), do Marco Aurélio Prado (Universidade Federal de Minas Gerais), de alguns colegas da UFRGS, do Rogério Junqueira (pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep), que nos mostram que existem espalhamentos mundiais, transnacionais, marcas específicas no Brasil. Sinto falta de trabalhos comparados que coloquem vários países em diálogos, como os da América Latina. Outra coisa bem importante é que os trabalhos têm mostrado que a escola é um lugar central para este debate, porque existem discussões de “ideologia de gênero” relativas a outros ambientes, como nas propagandas televisivas, nas questões de saúde, nas campanhas de políticas públicas etc. Leio artigos e outros textos de pessoas que não são da área da educação, e me dou conta de que elas também percebem que é no campo da educação que se trava uma batalha imensa.

No caso brasileiro, tem a ver com o fato de que, nós conseguimos incluir um grande contingente populacional na escola pública e que antes de 1988 não acontecia como regra. Nas abordagens mais específicas tem emergido um conjunto de textos, artigos, apresentações em congressos que mostram como essas pautas impactam na formação docente e em cada disciplina curricular. Outro eixo: não é uma questão exclusiva do campo das religiões; existe um pensamento conservador no Brasil que, de fato, está muito conectado a algumas religiões (movimento carismático da Igreja Católica e algumas denominações evangélicas, por exemplo), um pensamento conservador de empresários que não tem muito a ver com o pensamento

religioso, mas que também bebe de um moralismo de costumes, da família. Entre confrontos e disputas, para mim, existem três grandes agências que disputam o governo dos infantes e dos/as jovens: a família, a escola e os pertencimentos religiosos. É sabido também que as próprias culturas juvenis trazem propostas de como viver as juventudes. A pessoa ingressa nessa idade que será chamada de jovem ou adolescente, a partir de uma disputa que governa eles e elas.

A escola chegou com muita intensidade nos últimos anos para garantir o direito da permanência de sujeitos da diversidade na instituição. Do meu ponto de vista, e tem muita gente que discorda, as religiões tiveram um recuo na influência das pessoas, como por exemplo na vida das mulheres, onde por muito tempo foram influenciadas por discursos religiosos. Nós temos que lembrar que no Brasil já existia a chamada Liga Eleitoral Católica¹², onde se o bispo falasse “não votem nele, porque ele é comunista”, ele acabava não se elegendo. Atualmente, as religiões não exercem com tanta influência essas práticas, e por isso que elas gritam tanto. Não há mais um monopólio religioso como existia no passado. Temos uma autonomização dos fiéis. Um outro elemento é que, ao começar a viver a condição juvenil, os/as jovens encontram uma explosão de culturas juvenis. Se identificam por algo, gostam de coisas diversas e vão se preenchendo por onde passam. Democracia é criar autonomia.

Robson Ferreira Fernandes: Há uma tentativa de controle das atividades didáticas acerca dos temas sensíveis abordados em sala de aula. O avanço conservador identificado como “ideologia de gênero” na prática escolar é restrito ao contexto brasileiro ou pode ser percebido em outros países? Esse controle é restrito ao nosso presente ou é possível identificá-lo em outras épocas? O que ele tem de singular?

Fernando Seffner: Coloco a seguinte proposição: alguém poderia dizer, e já pensei um pouco assim, que a escola sempre foi bastante racista, homofóbica, regradora (no sentido de que as mulheres sejam subordinadas aos homens); portanto, o que vivemos hoje é mais um capítulo dessa sequência de preconceitos. A escola é um equipamento social, e nas palavras de Guacira Lopes Louro¹³, bastante regradora que visa a manutenção das relações sociais como elas existem. Desde muito tempo mostra-se que esse equipamento social gera movimentos de

¹² A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi criada no Rio de Janeiro, em 1932, sob a orientação do Cardeal Dom Sebastião Leme e auxílio de Alceu Amoroso Lima. Ela tinha o objetivo de orientar o eleitor católico para que votasse em candidatos comprometidos com os valores defendidos pela Igreja Católica.

¹³ Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Colaboradora convidada da mesma universidade, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, Fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero).

resistências, ensina para modificar hierarquias. No tempo presente se acrescentaram ingredientes que não existiam antes. Um dos principais é ter a escola brasileira mais inclusiva, um espaço de vivências mais diversa. Todas esse avanço na cultura escolar provoca reações. Um outro ingrediente, e faço um parêntesis para falar dos estudos que ando me debruçando a refletir sobre a racionalidade liberal, que vem impondo na educação sérias e desastrosas medidas, como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é que quero entender o pensamento que se chama liberal, neoliberal e também o que chamam hoje de neoconservadorismo. Esse prefixo ‘neo’ na frente do conservadorismo é hoje em dia, um tal de “novo” conservadorismo que almejam empurrar para dentro da escola, não é a continuação, permanência daquele que teve.

Eu sempre estudei em escola pública, desde 1963. Presenciei eventos como os da semana da páscoa na escola, onde a professora pegava a gente pelas mãos e levava até a Igreja. Vivi diversas celebrações no espaço escolar durante o meu ginásio, como rezar o pai nosso era efetivado. O conservadorismo que se deseja implantar hoje em dia tem elementos novos; não é uma continuidade do mesmo defendido na ditadura varguista, na ditadura militar. Me parece que diante do “cada um que se vire” nas questões liberais, a instituição família vem tomando um protagonismo que a ainda não se entendeu. Estou lendo muito sobre o conceito de família. Não é a história da família e sua antropologia, mas compreendê-la nos dias de hoje. As produções da Isabela Kalil¹⁴ se aproximam do que quero compreender acerca da família e o que ela desempenha hoje em dia. Em contraposição, estamos vivendo tempos de familismo: ministério da família, a família composta por pai e mãe e filhos/as etc. A química do conservadorismo atual está no pensamento de Michel Foucault sobre a genealogia do liberalismo.

Somos governados pela ideia de liberdade. A maioria das pessoas não se vacina, não por ignorância, elas têm informação, mas pelo exercício da liberdade de não querer se vacinar. De não aceitar a imposição do passaporte vacinal. Já passei temporadas nos Estados Unidos, e comecei a perceber o vigor do discurso da liberdade naquelas terras. Assim, há uma nova direita, um novo conservadorismo. O fascismo existente entre nós, não é o mesmo do caso italiano. Findando, acrescento mais um item que a Wendy Brown e Judith Butler trabalham,

¹⁴ Doutora em Antropologia Social (USP), com estágio doutoral na Universidade de Columbia, na cidade de Nova York. Como docente atua na Escola de Sociologia e Política (FESPSP), no Programa Internacional Brazilian Studies (PUC-SP) e como local faculty em programas acadêmicos internacionais de estudos comparativos de cidades no Brasil, Índia, Estados Unidos e África do Sul. É coordenadora do NEU (Núcleo de Etnografia Urbana), onde tem desenvolvido e coordenado pesquisas sobre protestos e manifestações no espaço urbano.

um fenômeno chamado “discurso de ódio”. Hoje em dia não basta eu discordar de determinada pessoa, eu tenho que mostrar para todo mundo que ela é indigna de existir, pelo simples fato de que pensa diferente de mim. É o inimigo a ser exterminado. No Brasil atual essas questões se fazem presentes, ora nos discursos do governo, ora nas atitudes dos seus apoiadores.

Robson Ferreira Fernandes: Na História do Tempo Presente, categorias como trauma, testemunho e memória são emergentes para os debates historiográficos. Quais articulações entre elas que o professor identifica como necessárias para compreender os silenciamentos, as censuras, as intimidações que professores e professoras são submetidos/as pelo discurso conservador da “ideologia de gênero”?

Fernando Seffner: Essas categorias são importantes e proponho uma quarta. A partir do meu próprio percurso, fui percebendo no caso brasileiro, por exemplo, que há um trauma relativo à escravidão. Considero um imenso avanço civilizatório brasileiro, onde eu, um adolescente de classe média bastante baixa, branco e com sobrenome alemão, morando num pedaço de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), onde havia uma população muito grande de negros e negras, pude refletir sobre a escravidão e seu trauma na sociedade com testemunhos e memórias. A escravidão criou uma necessidade de reparação histórica. Existe uma percepção da culpa coletiva e é necessário criar movimentos para diminuí-la. Porém se materializou a ideia que contamina diversos grupos sociais que é o trauma que exige reparação histórica, pelo modo como a sociedade brasileira tratou negros e negras, mulheres, deficientes, travestis e transexuais etc. Sou favorável ao sistema de cotas e reservas de vagas nos cursos. Ainda é tudo muito novo para a população brasileira a responsabilidade das pessoas brancas com relação ao trauma da escravidão, que há uma responsabilidade das pessoas heterossexuais com relação ao trauma da população LGBTQIA+. Estávamos, em tempos passados, recém construindo esse avanço civilizatório com consciência histórica e fomos tomados por um atropelamento de pessoas que não temem em falar em público sobre os seus preconceitos de raça, gênero, etnia, geração etc. Hoje em dia existe uma disputa de memórias em relação ao período da ditadura militar, da escravidão.

Fico a pensar: será que iremos construir uma sociedade que tenha um acordo civilizatório de convivência? Que eu, como uma pessoa branca, consiga entender e aceitar que na hora de um concurso para uma vaga X, por exemplo, efetivamente aquela outra pessoa que está concorrendo comigo que é negra, por uma questão de reparação histórica, é absolutamente

justo que o sistema trate de modo diferente eu e ela, pois não somos iguais? Embora possamos ter os mesmos salários atualmente, compreendo se saíssemos na rua, a chance de levar um tiro de noite é maior da pessoa negra do que da branca. Entristeço-me em pensar que tínhamos iniciado um caminho de políticas públicas reparatórias, e hoje sob ataque de vários grupos essas pautas estão em constantes ameaças. Entretanto, temos hoje uma juventude negra, LGBTQIA+ e outras que incorporaram a ideia da reparação histórica, não aceitam mais recuos. Resistências juvenis em tempos difíceis.

Robson Ferreira Fernandes: Professor, nas suas palavras finais, quais caminhos que propões para aqueles/as professores/as que ainda se vêem submetidos à censura, ao medo, a intimidação, ao assédio, por abordarem temas sensíveis, como os de gênero e sexualidade, nas suas práticas pedagógicas? Quais resistências criar? Qual rede de apoio estruturar?

Fernando Seffner: Houve uma coincidência que essa entrevista está sendo realizada no dia 15 de outubro, dia do professor e da professora, e quero lembrar de Antonieta de Barros. Sempre neste dia eu faço uma postagem nas minhas redes sociais, e não é algo que eu acordo de manhã e penso o que vou postar. Se olhar na minha agenda, o 15 de outubro está marcado e o sistema avisa. Anotei o seguinte lembrete: “card para postar – Antonieta de Barros, a parlamentar negra pioneira que criou o dia do professor, uma das três primeiras mulheres eleitas etc”. Penso que este dia é para fincar uma memória que tem um dado de reparação histórica que atribui o protagonismo para Antonieta de Barros. Reflexão sobre resistência e saída, como posso chamar de linha de fuga dentro de uma ideia, e aquilo que a Marilena Chaui brilhantemente definiu numa entrevista por escrito, quando questionada sobre esses tempos tão duros se ela não se sentia pessimista, que tem se movido no sentido do otimismo programático, de uma alegria que não pode ser perdida. Alegria que não se confunde com contentismo. A profissão docente, primeiro e com todos os controles que recaem sobre ela, tem um grau de autonomia. O sistema educacional, a escola, o professor e a professora têm autonomia e ela está assegurada na Constituição, marcada pela liberdade de ensinar. Essa profissão é possível criar, está inserida nas relações humanas, o que distingue de muitas outras. E tendo a responsabilidade do ato de criar, recai sobre a docência um conjunto de ataques sobre essa liberdade, como nas ações do movimento EsP. Para este último, professores e professoras não deveriam ter a liberdade de expressão quando entram na sala de aula. Enfim, docentes têm em suas mãos a possibilidade da construção curricular, criando atividades pedagógicas baseadas num planejamento

fundamentado, sabendo em quais legislações se apoiar, porque se reconhece que o magistério está sob ataque, e na área de gênero e sexualidade as ameaças são mais específicas.

Essa profissão, de fato, pode fazer a diferença na vida das pessoas. A profissão docente se espera que influencie as pessoas, não é uma questão equivocada. Aliás, é isso que faz a maravilha de filmes como “A sociedade dos poetas mortos”, “O sorriso de Monalisa”, “Meu adorável professor”. Professor e professora realizam a mudança, assim como o pai e a mãe, um celebrante de uma religião etc. O/a professor/a é o/a adulto/a de referência. Não é pelo fato deles/as serem educadores/as, mas alguém que o jovem pode criar interlocuções e perguntar sobre assuntos, opiniões fora do componente curricular de cada profissional. Para finalizar, precisamos de redes de apoio, coletivos. Só se ataca a educação e os/as professores/as hoje em dia, porque se reconhece que eles/as fazem diferença na vida das pessoas. Na vida política, não se gasta tempo açoitando pessoas que não têm poder. Ir para a escola é fundamental para entender o outro, a outra e operar através dos diversos conhecimentos escolares a mudança que se almeja.

Fronteiras

Recebido em 07/12/2021.
Aceito em 26/04/2022.